

**ESTADO DE MINAS GERAIS****INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS****URFBio Centro Oeste - Núcleo de Apoio Regional de Arcos****AUTORIZAÇÃO****AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL****Nº DO DOCUMENTO: 2100.01.0047489/2021-52**

O Supervisor Regional da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade **Centro Oeste**, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, concede ao requerente abaixo relacionado a **AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL** em conformidade com normas ambientais vigentes. Certificado emitido eletronicamente.

TIPO DE REQUERIMENTO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL	NÚMERO DO DOCUMENTO	UNIDADE DO SISEMA RESPONSÁVEL PELO PROCESSO
Supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo do solo	2100.01.0047489/2021-52	NAR Arcos
1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL		
Nome: Tomaz de Aquino Resende		CPF/CNPJ: 371.484.946-72
Endereço: Rua Luz, nº 110		Bairro: Américo Silva
Município: Lagoa da Prata	UF: MG	CEP: 35.590-090
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL		
Nome: Tomaz de Aquino Resende		CPF/CNPJ: 371.484.946-72
Endereço: Rua Luz, nº 110		Bairro: Américo Silva

Município: Lagoa da Prata	UF: MG	CEP: 35.590-090		
3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL				
Denominação: Fazenda Grotadas	Área (ha): 126,8491	Total		
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 15.048 e 27.055	Município/UF: Santo Antônio do Monte/MG			
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3160405-798C.B5DE.DAD1.477C.ADB6.906F.35E5.6AE6				
4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA				
Tipo de Intervenção	Quantidade	Un		
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	84	unid.		
5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA				
Uso a ser dado à área	Especificação	Área (ha)		
Agricultura	Plantio de culturas anuais	9,7993		
6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(S) ÁREA(S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL				
Bioma/Transição entre Biomas	Área (ha)	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional, quando couber	Área (ha)
Cerrado	9,7993	Área antropizada		9,7993
Total:	9,7993		Total:	9,7993
7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO				
Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade	
Lenha de Floresta Nativa		15,8631	m³	
Madeira de floresta nativa		21,9824	m³	

8. RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA

Jonas Oliveira de Rezende – MASP 1.374.085-7

Data da Vistoria: 23 / 09 / 2021**9. VALIDADE**Data de Emissão: 20 / 07 / 2022

Validade: 3 (três) anos

OU

De acordo com a Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017 esta autorização só produzirá efeitos de posse do Licenciamento Ambiental Simplificado – LAS e sua validade será definida conforme a licença ambiental.

Observações:

ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA RESERVA LEGAL E APP.

10. COORDENADA PLANA DA ÁREA AUTORIZADA

Tipo de intervenção	Datum	Fuso	Coordenada (UTM)		Planta
			X	Y	
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	SIRGAS-2000	23K	455.041	7.793.773	

11. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS (se necessário utilizar folha anexa)

- Plantio de 05 pequizeiros na APP do ribeirão que passa dentro do imóvel;
- Recomposição dos 15 metros da faixa de APP do ribeirão existente no imóvel;
- Não intervenção como a prática de roçada nessas áreas de vegetação nativa do imóvel de reserva legal, APP e excedente de vegetação nativa;
- Manutenção das espécies arbóreas protegidas por lei Pequis;
- Preparo do solo será feito em nível evitando a instalação de processos erosivos;
- Construção de Bacias de contenção em toda área, se necessário
- Construção de curvas de nível em todo o terreno, se necessário;

- Reabilitação ambiental das estradas de acesso exclusivas, abertas fora da área de utilização pretendida, quando elas não possuírem finalidade futura.

12. OBSERVAÇÃO

Considerando que ao se avaliar as áreas declaradas como reservas legais do imóvel, foi constatado o uso destas em 6,2800ha aos quais não estavam com vegetação nativa, sendo assim foi lavrado o Auto de Fiscalização de nº 217478 de 2021 e o Auto de Infração de nº 288614 de 2021 em anexo ao processo;

Considerando a existência de déficit de vegetação nativa em área de reserva legal;

Considerando que as áreas pretendidas para supressão de vegetação nativa poderiam compor a área de reserva legal;

Considerando que a área pretendida para corte de árvores nativas isoladas na matrícula de nº 27.055, contempla uma parte da área de reserva legal averbada da respectiva matrícula;

Considerando também que na matrícula de nº 27.055 ocorre a presença de indivíduos arbóreos nativos ameaçados de extinção, e que para estes não foi correlatado quais impactos haverão de ocorrer se o corte ou supressão destas agravarão o risco à conservação in situ da espécie;

Considerando que não foi apresentada a planilha com a localização geográfica de cada espécie de árvores isoladas para a matrícula de nº 27.055 e que o corte das árvores nativas isoladas realizado de forma irregular foi realizado nesta matrícula;

Considerando que na matrícula de nº 15.048 não existe empecilho quanto ao corte de árvores nativas isoladas;

Considerando que na matrícula de nº 15.048 existe a presença de uma árvore nativa protegida por lei e que para esta foi proposto medida compensatória como demanda a lei de proteção ao pequi;

Considerando que para essa área da matrícula de nº 15.048, 9,7993ha, foi comprovado o uso antrópico consolidado a data de 22 de julho de 2008;

Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **INDEFERIMENTO** do pedido de supressão da cobertura vegetal nativa com destoca, e pelo **DEFERIMENTO/PARCIAL** do pedido de corte de árvores isoladas sendo sugeridos para deferimento apenas 84 indivíduos arbóreos, localizados na área da matrícula de nº 15.048.

Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Declaro estar ciente das obrigações assumidas através deste documento e declaro ainda ter conhecimento de que a não comprovação do uso alternativo do solo no curso do ano agrícola acarretará no pagamento de multa e implementação de medidas mitigadoras ou compensatórias de reparação ambiental, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Júlia Maria Teixeira, Servidora Pública**, em 25/07/2022, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **50023429** e o código CRC **7143D435**.